

AL035311

2

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

O BRASIL DA GERAÇÃO AFIRMATIVA

LANÇAMENTOS

Conheça a seguir e nas pág. 5-5 e 5-6 os livros sobre o Brasil publicados nos Estados Unidos no ano passado e neste ano, além dos que estão previstos para serem lançados até o início de 2000.

As obras dos brasilianistas foram divididas segundo suas áreas de pesquisa: raça, gênero, imigração, estudos culturais e religião.

RAÇA

1. Michael Hanchard (org.). "Racial Politics in Contemporary Brazil" (Política Racial no Brasil Contemporâneo). Duke University Press, 1999.

2. France Winddance Twine. "Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil" (Racismo numa Democracia Racial - Permanência da Supremacia Branca no Brasil). Rutgers University Press, 1998.

3. Rebecca Lynn Reichmann (org.). "Race in Contemporary Brazil: From Indifference to Inequality" (Raça no Brasil Contemporâneo - Da Indiferença à Desigualdade). Pennsylvania State University. Sai em agosto

FABIANO MAISONNAVE
especial para a Folha

Programas para minorias desenvolvidos nas universidades redefiniram o estudo e o perfil dos brasilianistas nos EUA, onde mais de 40 livros sobre o país estão sendo lançados

Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de

FABIANO MAISONNAVE
especial para a Folha

Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade.

Outra novidade é que os trabalhos recentes são assinados por pesquisadores com um perfil multicultural —há muito mais mulheres, negros, gays e latinos, resultado dos programas de ação afirmativa, que prevêm vagas nas universidades para minorias, e da criação de centros de estudo que abrigam esses grupos.

Entre obras publicadas sobre o Brasil desde o ano passado e que serão lançadas até o ano 2000, a Folha contabilizou pelo menos 49 livros acadêmicos —e o número pode ser ainda maior. Em 95 e 96, o número de publicações chegou a 38 —um aumento de 24%. Além disso, boa parte é resultado de teses defendidas recentemente. “A quantidade de livros que tem saído sobre Brasil em antropologia, história e ciências políticas é impressionante”, atesta o historiador Thomas Skidmore, 66 anos de idade e 38 de brasilianismo.

Nesta edição, o Mais! apresenta alguns dos principais nomes da nova geração de brasilianistas surgida nos Estados Unidos.

Mercado de trabalho

Um indicativo do crescimento do interesse pelo Brasil foi a fundação, nos EUA, da Brasa (Brazilian Studies Association). Criada em 92 com 60 sócios, ela conta hoje 1.274 integrantes —dos quais 640 são brasileiros, 491, norte-americanos, e o resto se divide entre franceses, ingleses e portugueses, entre outros.

Parcialmente subvencionada pelo governo brasileiro, a Brasa surgiu como uma dissidência da Lasa (Latin American Studies Association), que mantém uma seção sobre o Brasil, com 85 associados. “Cansamos de ser o reboque da Lasa, eles nunca deram atenção ao Brasil”, diz o professor de literatura brasileira da Universidade do Novo México, Jon Tolman, 60, atual diretor-executivo.

Programas para minorias desenvolvidos nas universidades redefiniram o estudo e o perfil dos brasilianistas nos EUA, onde mais de 40 livros sobre o país estão sendo lançados



Joyce de Oliveira, 12, passista da escola de samba Mangueira do Amanhã, do Rio de Janeiro

Rosane Marinho/Folha Imagem

2. France Winddance Twine. “Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil” (Racismo numa Democracia Racial - Permanência da Supremacia Branca no Brasil). Rutgers University Press, 1998.

3. Rebecca Lynn Reichmann (org.). “Race in Contemporary Brazil: From Indifference to Inequality” (Raça no Brasil Contemporâneo - Da Indiferença à Desigualdade). Pennsylvania State University. Sai em agosto de 1999.

4. Kim D. Butler. “Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador” (Liberdades Dadas, Liberdades Conquistadas - Afro-Brasileiros em São Paulo e Salvador Pós-Abolitionista). Rutgers University Press, 1998.

5. John Burdick. “Blessed Anastacia: Women, Race and Christianity in Brazil” (Anastácia Abençoada - Mulheres, Raça e Cristianismo no Brasil). Routledge, 1998.

6. Hendrik Kraay (org.). “Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790’s to 1990’s” (Cultura e Políticas Afro-Brasileiras - Bahia, 1790 a 1990). Ed. M.E. Sharpe, 1998.

7. Anthony Marx. “Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States, and Brazil” (Formação da Raça e da Nação - Uma Comparação entre África do Sul, Estados Unidos e Brasil). Cambridge University Press, 1998.

8. Robert Stam. “Tropical Multiculturalism: A Comparative History of Race in Brazilian Cinema and Culture” (Multiculturalismo Tropical - Uma História Comparativa da Raça na Cultura e no Cinema Brasileiro). Duke University Press, 1998.

9. Jeffrey Lesser. “Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil” (Negociando a Identidade Nacional - Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil). Duke University Press, 1999.

10. Melissa Nobles. “Shades of Citizenship: Race and Censuses in Modern Politics” (Matizes de Cidadania - Raça e Censo na Política Moderna). Stanford University Press, a sair em janeiro de 2000.

GÊNERO

11. Frances B. O’Connor e Becky S. Drury. “The Female Face in Patriarchy: Oppression as Culture” (A Face Feminina no Patriarcalismo - Opressão como Cultura). Michigan

...ha sentido do “caso” em cur... nistas” Detalhe: Levine é de longe... ro são reflexos no Brasil do que... do muitas vezes classificadas de

Novo México, Jon Tolman, 60, atual diretor-executivo.

Entre as principais características das novas pesquisas está a combinação do estudo do Brasil com outros temas e a ênfase em comparar a realidade brasileira com a de outros países, sobretudo com os EUA. "O Brasil acabou virando um exemplo", diz o professor de história da USP José Carlos Sebe Meihy, 56, autor de dois livros sobre o brasilianismo. "Com a globalização, os estudos de área ficaram menos importantes. O pesquisador agora tem de estudar o Brasil como um caso de feminismo ou racismo."

O motivo é simples: mercado de trabalho. Com raríssimas exceções, dificilmente alguém arranjará emprego em uma universidade norte-americana só para dar aulas sobre o Brasil. Há poucos centros de estudo e apenas um departamento especializado no país, ainda assim dividindo as atenções com Portugal: o da Universidade de Brown, em Providence, onde estão, entre outros, os historiadores Thomas Skidmore e Anani Dzidzienyo (leia entrevista na pág. 5-8). Em geral, o brasilianista tem de dar aula sobre vários temas, e o Brasil

acaba servindo de "caso", em cursos de história latino-americana ou de relações de etnicidade e gênero, por exemplo.

Para o antropólogo John Burdick, 40, isso é uma tendência geral das ciências humanas, cujos reflexos não afetam apenas o brasilianismo. "Nas décadas de 50 e 60, ainda era possível ir para um país e escrever um estudo etnográfico sobre tudo. Hoje, temos de escolher um tema e focalizar nele", diz Burdick, autor de dois livros sobre o Brasil. Professor da Universidade de Syracuse (Estado de Nova York), ele nunca ministrou um curso sobre o país.

O fato de os trabalhos apresentarem o Brasil como um "caso" faz com que o termo "brasilianista" dificilmente seja usado nos EUA. "O brasilianismo é uma invenção dos brasileiros", afirma o historiador Robert Levine, 58, diretor de estudos latino-americanos da Universidade de Miami. "Poucas vezes vi um norte-americano usar a palavra. Os brasileiros pensam que nos dedicamos só ao Brasil, mas somos treinados para ser historiadores, antropólogos, não brasilianistas".

Detalhe: Levine é de longe o acadêmico norte-americano com o maior número de livros sobre o Brasil em todos os tempos —16, dos quais 5 somente entre 98 e este ano.

O enfoque comparativo não significa que faltem estudos mais relacionados à especificidade brasileira. "O Brasil ainda desperta muito interesse em si", diz Skidmore, que, como exemplo, cita um ex-aluno de doutorado porto-riquenho que recentemente defendeu tese sobre educação no Rio de Janeiro da década de 30.

Essas duas tendências —estudos temático-comparativos e estudos mais focalizados na especificidade brasileira— aparecem nitidamente em três áreas, que têm se destacado nos últimos anos: raça, gênero e religião. Nas duas primeiras, a tendência é pela comparação, o que em geral enfatiza as semelhanças —e muitas vezes o retrato do Brasil acaba tendo contornos norte-americanos. Nos estudos sobre religião, a ênfase em fenômenos como pentecostalismo dá mais espaço à particularidade brasileira.

"Os trabalhos sobre raça e gêne-

ro são reflexos no Brasil do que tem acontecido nos EUA", diz o historiador porto-riquenho Dain Borges, 44, presidente da Brasa e professor da Universidade da Califórnia em San Diego. Para ele, os estudos sobre religião tendem a ser mais originais. "A orientação é menos preconcebida, tem uma agenda menos norte-americana."

A verdade é que, apesar de o Brasil não ter mais a importância estratégica da década de 60, quando os EUA, temendo que a Revolução Cubana se espalhasse pela América Latina, deram incentivos generosos para quem quisesse estudar o país, o interesse está aumentando. E isso apesar da falta de estímulos: há quase unanimidade em dizer que está cada vez mais difícil conseguir financiamento. Se na década de 60 o brasilianismo se expandiu por causa das bolsas, hoje continua apesar delas.

Com a entrada de mulheres e minorias e a criação de centros de estudos para esses grupos, a academia norte-americana viu-se inundada por pesquisas com temáticas sociais "de baixo para cima". Por causa disso, esses trabalhos têm si-

do muitas vezes classificados de "politicamente corretos".

Segundo Levine, entre os brasilianistas o politicamente correto tem se manifestado muitas vezes na escolha do tema. "Há muitos trabalhos sobre o movimento negro no Brasil, que é muito pequeno, frágil. Existe um interesse desproporcional em escolher um assunto em que pode haver vítimas e culpados. Acho interessante estudar sobre Palmares, mas é igualmente interessante fazer estudos nos quais não se sabe como sairá a conclusão."

Para Dzidzienyo, 58, o termo "politicamente correto" acabou virando nos EUA uma crítica velada a mulheres e minorias. "É muito fácil agora falar que as relações raciais, de gênero, imigração, pobreza, tudo isso é politicamente correto. Então o que significa isso? Que temos de voltar ao status antigo, quando essas coisas permaneciam bem caladas e cada um ficava no seu lugar?", pergunta o historiador, que é negro.

Fabiano Maisonave é pós-graduando em história na Universidade de Connecticut (EUA) e bolsista da comissão Fulbright.

trichary: Oppression as Culture' (A Face Feminina no Patriarcalismo - Opressão como Cultura). Michigan State University, 1998.

12. Don Kulick. "Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes" (Travesti - Sexo, Gênero e Cultura entre Prostitutas Brasileiras Transexuadas). University of Chicago Press, 1998.

13. Richard Parker. "Beneath the Equator: Cultures of Desire, Male Homosexuality and Emerging Gay Communities in Brazil" (Abaixo do Equador - Culturas do Desejo, Homossexualismo Masculino e Comunidades Gays Emergentes no Brasil). Routledge, 1998.

14. James Green. "Beyond Carnival" (Além do Carnaval). University of Chicago Press, a sair em setembro de 1999.

ONDE ENCOMENDAR - Os livros citados nesta edição podem ser encomendados, em São Paulo, à Livraria Cultura (av. Paulista, 2.073, tel. 011/285-4033) e, no Rio de Janeiro, à Livraria Marcabru (r. Marquês de São Vicente, 124, tel. 021/294-5994). Pedidos também podem ser feitos pela Internet por intermédio da Amazon Books (<http://www.amazon.com>).

NOVOS BRASILIANISTAS

LANÇAMENTOS

IMIGRAÇÃO

15. Gloria Cava. "Italians in Brazil: The Post World War 2nd Experience" (Italianos no Brasil - A Experiência do Pós-Segunda Guerra). Peter Lang Publishing, 1998.

16. Cyrus B. Dawsey (org.), James Dawsey "The Confederados: Old South Immigrants in Brazil" (Os Confederados - Velhos Imigrantes no Sul do Brasil). University of Alabama Press, 1998.

ESTUDOS CULTURAIS

17. Lisa Shaw. "The Social History of the Brazilian Samba" (História Social do Samba Brasileiro). Ashgate Publishing Company, 1999.

RELIGIÃO

18. Manuel Vasquez. "The Brazilian Popular Church and the Crisis of Modernity" (Igreja Popular no Brasil e a Crise da Modernidade). Cambridge University Press, 1998.

19. Andre Corten e Arianne Dorvel. "Pentecostalism in Brazil" (Pentecostalismo no Brasil). Macmillan Press, a sair em junho de 1999.

20. Andrew R. Chesnut (ed.). "Pentecostalize or Perish?" (Pentecostalizar ou Perecer?). Editora ainda não definida.

21. Andrew R. Chesnut. "Competitive Spirits: Latin America's New Religious Market Place" (Espíritos Competitivos - O Novo Mercado Religioso da América Latina). Rutgers University Press. A sair em 2000.

OUTROS

22. Scott Mainwaring. "Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil" (Repensando o Sistema Partidário na Terceira Onda de Democratização). Stanford University Press, 1999.

ARMADILHAS DO RACISMO

Melissa Nobles examina como o censo tem ajudado a "embranquecer" o Brasil

especial para a Folha, em Boston

Existem quantos negros no Brasil? A pergunta aparentemente simples transformou-se para a cientista política Melissa Nobles, 35, na chave para entender a construção do conceito de raça e democracia racial no país. Professora no famoso MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Nobles lançará, no início do ano 2000, o livro "Shades of Citizenship: Race and Censuses in Modern Politics" (Matizes de Cidadania: Raça e Censo na Política Moderna). A obra é o resultado de sua tese de doutorado, defendida em 95 na Universidade de Yale, e análise de que maneira o conceito de raça foi construído nos EUA e no Brasil por meio dos censos.

Para Nobles, o censo no Brasil tem sido uma disputa entre os que acham que o país é de maioria branca e os que defendem que somos um país de negros ou pelo menos de não-brancos. O pomo da discórdia, claro, é o mulato. Curiosamente, a batalha também é travada em campos norte-americanos, onde não é raro encontrar o Brasil citado com o aposto de

"segundo país africano do mundo, depois da Nigéria" —do qual Nobles discorda.

Diferentemente do Brasil, os EUA nunca duvidaram de que o país era de maioria branca —e que queria continuar assim. Refletindo a segregação racial do início do século, em 1920 o censo americano eliminou a categoria de mulato, reclassificando-o como negro. As linhas de cor e o racismo tão visível facilitaram a identificação do "inimigo", e os movimentos negros acabaram se beneficiando.

Natural de Nova York, Nobles tem um perfil típico da classe média negra americana. Seus pais nasceram e cresceram no sul, ainda durante a segregação racial. Como os outros "afro-brasilianistas", Nobles apóia a ação afirmativa, que determina que empresas, universidades e escolas assegurem vagas para mulheres e minorias. A seguir, a entrevista que a cientista política concedeu à Folha.

★

Folha - De que maneira o censo ajudou a construir o conceito de raça no Brasil e nos EUA?

Melissa Nobles - A minha pes-

quisa mostra que o censo ajuda não simplesmente a contar, mas a criar categorias de raça ou cor. Os métodos que são usados —como a questão do censo é escrita, quais termos (cor ou raça) e categorias (preto, pardo etc.) utiliza— têm importância. E eles são importantes por razões políticas. No século 19 e início do 20, o censo norte-americano estava sendo usado para informar idéias racistas sobre as raças "branca" e "negra". Hoje, o censo é usado para proteger o direito de voto das minorias e outras leis de direitos civis. Do censo de 1920 até o de 1950, o censo brasileiro festejou o suposto "embranquecimento" da população. A celebração é evidente na linguagem usada nos textos do IBGE. Hoje, o IBGE deve decidir que categorias serão usadas e como os dados serão interpretados. A pesquisa feita pela Folha, que virou o livro "Racismo Cordial", concluiu que o retrato do IBGE sobre o país é diferente do retrato de muitos brasileiros. O Datafolha concluiu que, diferentemente do IBGE, os brasileiros não acreditam que haja uma maioria de brancos. O Datafolha prova a minha tese: de que o IBGE ajuda a criar a cara oficial do Brasil por meio de terminologia e metodologia.

Folha - Os censos brasileiros contribuíram para o mito da democracia racial?

Nobles - Os censos brasileiros têm ajudado o mito da democracia racial de duas formas. Em primei-

ro lugar, a idéia de democracia racial tem se sustentado no pressuposto de mistura racial. Ao usar o termo "cor" em vez de "raça", o método do IBGE por si só já mantém a idéia de mistura. A justificativa era que a mistura havia tornado "raça" irrelevante. Em segundo lugar, o mito da democracia racial se mantinha na idéia de que raça não era um problema maior. No passado, o IBGE relutantemente cruzou categorias de cor com variáveis socioeconômicas (educação, renda, residência etc.). Além disso, dados sobre cor têm sido coletados e divulgados inconstantemente. Isso tem dificultado a geração de estatísticas que provem as disparidades causadas por discriminação em razão de raça ou cor.

Folha - Não há o risco de a sua análise cair no presentismo, dada a grande instabilidade política brasileira durante este século?

Nobles - Naturalmente, interpretar ações do passado gera certos riscos. Apesar da grande instabilidade política, econômica e intelectual deste século, uma análise do censo brasileiro mostra que ele tem de fato ajudado a justificar e garantir uma falta de ação do Estado brasileiro. Essa falta de ação tem sido, ao mesmo tempo, uma decorrência consciente e inconsciente do pensamento político e intelectual sobre raça. Além disso, tento provar que o IBGE não tem sido uma instituição politicamente neutra, e o mesmo vale para o censo norte-americano.

Folha - No Brasil, os ativistas negros brasileiros têm lutado para atrair mulatos, mas a estratégia não tem dado muitos resultados. Qual é a perspectiva?

Nobles - Com o tempo, uma grande identidade negra, para a qual os mulatos podem ser atraídos, vai surgir no Brasil, mas apenas se os ativistas negros brasileiros forem capazes de convencer os mulatos de que a sua cor os deixa em desvantagem. Nos EUA, os mulatos se uniram aos negros porque também eram discriminados pelos brancos. Portanto não havia nenhuma vantagem material ou simbólica em ser mulato.

Folha - A sra. diz que o Brasil estaria se "americanizando", pois busca agora categorizar melhor a noção de raça, e os EUA, se "abrasileirando", pois está cada vez mais parecido com o que seria a imagem de uma democracia racial. Isso significa que a noção de raça está se tornando mais importante do que a de classe no Brasil, enquanto nos EUA ocorre o contrário?

Nobles - Sim, raça está sendo vista como mais relevante do que classe no Brasil. Isso é importante, porque finalmente centra a atenção na elite política e econômica. Muitas vezes os brasileiros dizem que o racismo não é importante porque pessoas de todas as cores são pobres. Mas é necessário examinar quem constitui as classes média e alta. O racismo explica em parte por que a elite brasileira é esmagadoramente branca. (FM)

ALVORADA DA ABOLIÇÃO



A historiadora Kim Butler, professora da Universidade de Rutgers (EUA), autora de "Liberdades Dadas, Liberdades Conquistadas"

23. Philip F. Warnken. "The Development and Growth of the Soybean Industry in Brazil" (Desenvolvimento e Crescimento da Indústria de Soja no Brasil). Iowa State University Press, 1999.

24. Keith S. Rosenn e Richar Downes (orgs.). "Corruption and Political Reform in Brazil: The Aftermath of Fernando Collor de Mello" (Corrupção e Reforma Política no Brasil - O Efeito Fernando Collor de Mello). University of Miami N-S Center, 1998.

25. Stephen Bell. "Campanha Gaúcha: A Brazilian Ranching System, 1850-1920" (Campanha Gaúcha - O Sistema de Estâncias no Brasil, 1850-1920). Stanford University Press, 1998.

26. Conrad Phillip Kottak. "Assault on Paradise: Social Change in a Brazilian Village" (Assalto no Paraíso - Mudança Social numa Pequena Cidade Brasileira). McGraw Hill, 1998.

27. Kathleen J. Higgins. "Licentious Liberty in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará, Minas Gerais" (Libertinagem na Zona de Mineração de Ouro no Brasil - Escravidão, Gênero e Controle Social na Sabará do Século 18, Minas Gerais). A sair em setembro de 1999.

28. Ollie Johnson. "Brazilian Realignment: Party Politics and the Coup of 1964" (Realinhamento no Brasil - Partidos Políticos e o Golpe de 1964). Sem data prevista.

29. R.S. Rose. "Beyond the Pale of Pity: Key Episodes of Elite Violence in Brazil to 1930" (Além da Palidez da Pena - Episódios-Chave da Violência da Elite no Brasil de 1930). Austin & Winfield, 1998.

30. Brian Philip Owensby. "Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle Class Lives in Brazil" (Ironias Íntimas - A Modernidade e a Construção da Classe Média no Brasil). Stanford University Press, 1999.

31. John F. Peters. "Life Among the Yanomami: The Story of Change Among the Xilixana on the Mucajai River in Brazil" (A Vida entre os Yanomamis - Uma História de Mudança entre os Xilixanas no Rio Mucajai, Brasil). Broadview, 1998.

especial para a Folha, em Nova York

A abolição, sabe-se, foi assinada em 1888. Pouco se conhece, no entanto, sobre o que aconteceu com os negros após a alforria. Parte dessa história está no livro "Freedoms Given, Freedoms Won" (Liberdades Dadas, Liberdades Conquistadas), lançado no ano passado pela historiadora norte-americana Kim Butler, 38. Embora o movimento negro seja um tema comum, Butler o pesquisa durante um período ainda pouco estudado: os primeiros 50 anos após a abolição, em São Paulo e Salvador.

Segundo Butler, professora da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey (EUA), enquanto em São Paulo havia a busca por uma identidade negra, ou uma "política racial", em Salvador predominavam as diferenças étnicas entre as diversas nações africanas, caracterizando uma "política cultural".

Em São Paulo, havia nas décadas de 20 e 30 jornais como "O Clarim da Alvorada" e "A Voz da Raça" e até um partido político, a Frente Negra Brasileira, fundado em 1931 e fechado pelo Estado Novo, em

1937. Em Salvador, a luta era para ter direito a manifestações culturais e religiosas, como o candomblé e o Carnaval, com atuações diferenciadas entre as diversas nações africanas, como Angola, Jeje e Congo.

Natural de Nova York, Butler é a primeira de sua família que pôde sair do segundo grau para cursar a universidade. Ela "descobriu" o Brasil por meio de um curso de danças afro-brasileiras. Já cursando o doutorado, morou em Salvador durante um ano, entre 1991 e 1992, para onde voltou várias vezes. A seguir, a entrevista de Butler à Folha, feita em Nova York.

★

Folha - Quais eram as diferenças entre o movimento negro de São Paulo e o de Salvador?

Kim Butler - As diferenças, durante a Primeira República, eram de base histórica e demográfica. Em São Paulo, a discriminação contra os negros fez com que os afro-paulistas organizassem movimentos para remover barreiras raciais. Isso ajudou a solidificar uma identidade baseada em negri-

Kim Butler estuda os primeiros 50 anos de alforria vividos pelos negros

tude, e dessa experiência surgiu o uso da palavra "negro" para se auto-identificar. A população afro-baiana, por outro lado, tinha uma longa tradição de muitas comunidades etnicamente definidas. Era mais difícil pensar em uma comunidade "negra" onde havia diversas comunidades —africanos e crioulos (negros nascidos no Brasil), malês e nagôs etc.

Além disso, eles também respondiam aos termos de sua discriminação, nesse caso, contra africanos e sua cultura. A participação de muitos afro-baianos no candomblé e grupos de carnaval africanos representou a resistência contra esforços para embranquecer Salvador. As duas cidades começaram tradições do movimento negro que duraram durante o século 20 no Brasil, e elementos de

ambas ainda contribuem para dar forma às ideologias contemporâneas afro-brasileiras.

Folha - A Frente Negra Brasileira teve quantos membros?

Butler - Isso é difícil saber, não existe documentação. Além disso, havia entidades no interior de São Paulo que ouviram falar da Frente Negra, gostaram da idéia e resolveram colocar o mesmo nome. Por causa disso, provavelmente existiam Frentes Negras que a própria sede não conhecia. Mas o partido teve uma repercussão enorme na cidade de São Paulo, no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul.

Folha - A Frente Negra Brasileira era pró-Getúlio?

Butler - Era, porque na época em que foi fundada, 1931, Getúlio Vargas estava no poder e grupos

de interesse na sociedade brasileira eram convidados para registrar seus assuntos, para falar diretamente com ele. No mesmo contexto em que se criou a Frente Negra, foi fundada a Associação Brasileira da Mulher e outras organizações.

Folha - No seu livro, a sra. insiste em que a experiência negra no Brasil tem de ser entendida dentro da diáspora africana. Em que isso modifica a abordagem?

Butler - Acho que, dependendo das perguntas, isso pode mudar o seu esquema teórico. Pelas questões que eu tinha, queria interpretar a história no contexto afro-atlântico, da diáspora africana. Também poderia ter interpretado exclusivamente na base nacional, mas eu quis entendê-la paralelamente a experiências semelhantes, a de outros povos negros da América e do Caribe.

Folha - Não há o risco de reduzir a especificidade brasileira?

Butler - Se isso reduz, não será naquilo que tem muita importância. Por exemplo, havia o movimento modernista de São Paulo na década de 20 e isso não tinha muita repercussão na vida dos negros paulistas que eu estava estudando. Eles tinham outras prioridades. Quando estou escrevendo uma história que tem a ver com a perspectiva deles em primeiro lugar, tenho de respeitar as diferenças. Dessa forma, aspectos que ficam ocultos se estudo somente a base nacional, posso pesquisar profundamente de outra forma.

Folha - De que maneira o movimento negro norte-americano influenciou o brasileiro?

Butler - Naquela época não havia muita relação, foi algo muito orgânico que surgiu da própria realidade dos negros brasileiros. Aliás, estes começaram a utilizar a palavra "negro" para se identificarem muito antes de o vocábulo se popularizar nos EUA. A palavra "black" como identidade só surgiu aqui nos anos 60. Foi portanto algo que começou lá no Brasil.

Folha - Por que o interesse entre os negros norte-americanos em estudar os negros brasileiros?

Butler - Porque são nossos primos! Tivemos nossa trajetória e vemos como seria a vida se o caminho fosse outro. Estudar essas pessoas, que têm uma cultura tão viva, uma tradição importante para esse hemisfério, é fascinante. Não há como resistir. (FM)

LANÇAMENTOS

OUTROS TEMAS*

32. Linda Rabben. "Unnatural Selection: the Yanomami, the Kayap and the onslaught of civilization" (Seleção Inatural - Os Ianomamis, os Caiapós e o Sorriso da Civilização). University of Washington Press, 1998.

33. Tobias Hecht. "At Home in the Street: Street Children of Northeast Brazil" (Em Casa na Rua - Meninos de Rua no Nordeste do Brasil). Cambridge University Press, 1998.

34. Bert Jude Barickman. "A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo 1780-1860" (Um Contraponto Baiano - Açúcar, Tabaco, Cachaça e Escravidão no Recôncavo 1780-1860). Stanford University Press, 1998.

35. Chris McGowan. "The Brazilian Sound: Samba, Bossa Nova, and the Popular Music of Brazil" (O Som do Brasil - Samba, Bossa Nova e a Música Popular Brasileira). Temple University Press, 1998.

36. Wilber A. Chaffee. "Desenvolvimento: Politics and Economy in Brazil" (Desenvolvimento - Política e Economia no Brasil). L. Rienner Publishers, 1998.

37. Thomas Cohen. "The Fire of Tongue: Antonio Vieira and the Missionary Church in Brazil and Portugal" (O Fogo da Língua - Antônio Vieira e a Igreja Missionária no Brasil e em Portugal). Stanford University Press, 1998.

38. Francesco Nortarbartolo Di Villarosa. "Information, Management, and Participation: A New Approach from Public Health in Brazil" (Informação, Gerenciamento e Participação - Uma Nova Abordagem da Saúde Pública no Brasil). FrankCass, 1998.

39. Richard Pace. "The Struggle for Amazon Town: Gurup Visited" (A Luta pela Cidade Amazônica - Gurup Visitada). Lynne Rienner Publishers, 1998.

40. Peter Kingstone. "Crafting Coalitions for Reform: Business Strate-

NOVOS BRASILIANISTAS

COMPETIÇÃO ESPIRITUAL NO MERCADO LIVRE DA FÉ



Lalo de Almeida/Folha Imagem

Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus faz oração antes de distribuição de alimentos no Ceará

Andrew Chesnut pesquisa o declínio do catolicismo e a ascensão dos pentecostais

ESTHER HAMBURGER
especial para a Folha, em Austin (EUA)

Andrew Chesnut tem 34 anos e é professor do departamento de história da Universidade de Houston. Filho de pastor presbiteriano, nascido e criado nos Estados Unidos, ele estuda o declínio do monopólio da Igreja Católica e o crescimento do pentecostalismo no Brasil. Seu trabalho identifica a "guerra santa" que se instaura nos anos 80 com o surgimento de um mercado religioso livre e com a opção dos pobres por uma alternativa ao modelo de modernização elitista e excludente que contou durante séculos com o apoio da Igreja Católica.

Sua tese de doutoramento, "Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty" (Renascido no Brasil: O Boom Pentecostal e a Patogênese da Pobreza), foi defendida na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e publicada pela Rutgers University Press. Seu orientador foi Bradford Burns, já morto, autor do livro de história do Brasil mais usado nos Estados Unidos.

O historiador prepara o lançamento, para 2000, de "Competitive Spirits: Latin America's New Religious Market Place" (Espíritos Competitivos - O Novo Mercado Religioso da América Latina).

Chesnut falou à Folha, por telefone, de sua residência em Houston (Estado do Texas, EUA).

ceiro Mundo, da América Latina e África, e também na Coreia. O pentecostalismo nasceu nos Estados Unidos, mas seu dinamismo está na América Latina e na África. O Brasil hoje influencia outros países da América Latina.

Folha - Fala-se muito no crescimento do pentecostalismo como alternativa à Igreja Católica. E as religiões afro, como ficam?

Chesnut - A umbanda e o candomblé crescem, mas não como os pentecostais. Hoje em dia o candomblé cresce mais do que a umbanda porque cada vez mais brasileiros preferem o foco nas raízes afro à mistura propiciada pela umbanda.

Folha - O que as igrejas em expansão têm em comum?

Chesnut - Precisamos ainda de muita pesquisa para compreender a religiosidade popular. Por exemplo, há poucos estudos sobre a Renovação Carismática. O padre Marcelo Rossi, de São Paulo, vendeu mais discos no país inteiro do que qualquer outro cantor. Os pesquisadores continuam a escrever sobre as Comunidades Eclesiais de Base porque simpatizam com elas. Mas as CEBs estão mortas.

Folha - Em que medida o crescimento das igrejas pentecostais questiona a tese weberiana que associa os protestantes com a modernidade, com o capitalismo?

Chesnut - Essa pergunta é complexa. O pentecostalismo reúne elementos anacrônicos modernos. H-

ESTUDOS ENFOCAM IGREJAS POPULARES

especial para a Folha, em Austin

A crise da Igreja Católica e o crescimento de igrejas pentecostais no maior país católico do planeta inspiram a investigação de uma geração de brasilianistas dedicados ao estudo da religião.

São historiadores, sociólogos e antropólogos que falam português, moraram algum tempo no Brasil, conhecem profundamente ao menos uma comunidade de fiéis e dominam a literatura produzida no Brasil sobre o assunto.

O estudioso canadense André Corten estima que 100 milhões de pessoas no Terceiro Mundo se converteram recentemente ao pentecostalismo. Ele é autor de "Os Pobres e o Espírito Santo: O Pentecostalismo no Brasil", publicado originalmente em francês em 1990, traduzido para o português em 1995 e com lançamento de versão atualizada, em inglês, marcado para junho.

O historiador Andrew Chesnut (leia entrevista nesta página) afirma que só no Brasil existem 25 milhões de pentecostais.

O sociólogo Manuel Vásquez, 37, nascido em El Salvador, professor da Universidade da Flórida, analisa o fracasso do projeto da Teologia da Libertação, tal como realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Ele é autor de "The Brazilian Popular Church and the Crisis of Modernity" (A Igreja Popular Brasileira e a Crise da Modernidade), publicado em 1998 pela Cambridge University Press.

Embora desconfie da ênfase na suposta explosão do pentecostalismo, Vásquez constata que as igrejas pentecostais são genuinamente populares, enquanto as CEBs foram fruto de iniciativa institucional e hierárquica.

Associando a Teologia da Libertação ao socialismo, Vásquez insere a crise da Igreja Católica no contexto de uma crise global de uma vertente do pensamento modernista. A crise se manifesta na

desconfiança da idéia de progresso, no descrédito de projetos de longo prazo, na ênfase na preservação do meio ambiente, na preocupação com microproblemas e na atenção aos processos de constituição do sujeito. Diante de tais transformações, Vásquez reconhece a pobreza do arsenal conceitual das ciências humanas.

Para Chesnut, a nova geração de brasilianistas especialistas em religião se definiria por um interesse pela religiosidade popular em oposição aos estudos institucionais anteriores. E o foco nas manifestações populares exige uma metodologia de inspiração etnográfica, outra marca dos estudos de caso produzidos por esses jovens pesquisadores.

A preocupação em entender o significado da religião no contexto da vida cotidiana aproxima o trabalho do sociólogo e do historiador da pesquisa antropológica. Vásquez conviveu durante meses com os moradores de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Chesnut pesquisou pentecostais em Belém do Pará, onde residiu.

Outros estudiosos da religiosidade popular no Brasil, como David Lehmann — autor de "Struggle for the Spirit: Religious Transformation and Popular Culture in Brazil and Latin America" (Batalha pelo Espírito: Transformação Religiosa e Cultura Popular no Brasil e na América Latina) —, John Burdick (leia texto na pág. 5-7), Lindsay Hale e Eric Kramer também recorreram à "observação participante" para realizar seus trabalhos.

Lindsay Hale, formado pela Universidade do Texas em Austin, onde ocupa a posição de assistente acadêmico do departamento de antropologia, aponta para a força da presença da cultura nos estudos contemporâneos sobre o Brasil. "Antes, os estudos sobre o Brasil procuravam entender a relação entre poder e crise econômica em um país que vivia sob uma longa ditadura. Eu não diria que

hoje em dia há um abandono da economia política, mas há sim uma integração da cultura", diz.

Em seu trabalho, Hale procura entender como essas diversas dimensões se relacionam. Comparando terreiros de umbanda no Rio, pesquisou como se dão as relações raciais, de gênero e de classe por meio dos "espíritos", em uma religião que define como de "transe-possessão".

Alguns dos novos brasilianistas fazem enfoques comparativos. Em seu trabalho atual, Vásquez analisa a religião em países latino-americanos a partir das reconfigurações da idéia de nacional e global, um pouco como seu orientador, o sociólogo Howard Winant, estudioso das relações raciais no Brasil, na África do Sul e nos EUA.

Segundo Vásquez, "por causa de sua complexidade étnica, racial, social e religiosa, o Brasil oferece um excelente posto para a observação dos múltiplos níveis em que se dá a interação do local, nacional e global". Para o professor, que acaba de editar um volume especial do "Journal for Interamerican Studies and World Affairs" sobre o papel da religião nas Américas na consolidação da sociedade civil, "a nova geração de brasilianistas se define por uma consciência da natureza múltipla das determinações e das ligações".

Eric Kramer, 31, antropólogo em fase de conclusão de sua tese de doutoramento na Universidade de Chicago, procura entender como religião e economia interagem no plano simbólico nos rituais da Igreja Universal do Reino de Deus.

Seu trabalho problematiza o significado do dinheiro nessa igreja, em que "o valor e as qualidades da fé enquanto uma espécie de poder sobrenatural se realizam de maneira material e tangível nos processos rituais". Para ele, "a Igreja Universal reúne uma configuração interessante de atividades simbólicas que atravessam domínios religiosos e seculares da sociedade brasileira". (EH)

Chesnut - Essa pergunta é complexa. O pentecostalismo reúne elementos pré e pós-modernos. Há uma prática que poderia ser pensada como sincrética e pós-moderna. Os pastores invocam os espíritos dos demônios para depois expulsá-los, demonstrando assim o seu poder superior ao das religiões afro. Mas a ideologia do pentecostalismo, com seu código rígido de conduta, está de acordo com os princípios identificados por Weber no protestantismo. Já a Igreja Universal do Reino de Deus relaxou as exigências de conduta. Nesse sentido, os neopentecostais poderiam ser considerados pós-modernos.

Folha - O sr. acha possível falar em uma nova geração de brasilianistas?

Andrew Chesnut - Sim. Os estudos anglo-americanos atuais sobre o Brasil não focalizam as grandes estruturas políticas, sociais ou econômicas. Hoje há muitos estudos de natureza etnográfica que tratam de temas ignorados anteriormente, como raça ou religião.

Folha - Nos estudos atuais de religião qual a marca dos trabalhos?

Chesnut - Os estudos anteriores tratavam principalmente da Igreja Católica enquanto instituição. Os estudos contemporâneos tratam das crenças e práticas religiosas do povo com um enfoque mais individual e pessoal.

Folha - Como o seu trabalho se insere nesse contexto?

Chesnut - Ele se insere perfeitamente. Comecei meu trabalho no início da década de 90. O crescimento do pentecostalismo já havia sido identificado, mas ninguém havia explicado por que as massas estavam se convertendo. Para explicar o porquê, recorri ao trabalho de campo de tipo etnográfico. Entrevistei pessoas pobres. E escolhi Belém do Pará porque os poucos estudos existentes focalizam o Rio de Janeiro ou São Paulo, e eu queria mostrar algo diferente. Belém me pareceu uma boa escolha, porque a cidade foi o berço da primeira igreja pentecostal no Brasil, a Assembléia de Deus, fundada no início do século.

Folha - O sr. trabalha com a noção de "livre mercado religioso". Poderia explicar o que quer dizer com isso?

Chesnut - Hoje há um livre mercado religioso no Brasil. O consumidor pode escolher a religião que satisfaça as suas necessidades. O Brasil está quase igual aos Estados Unidos, onde o livre mercado sempre existiu. Hoje há mais pentecostais do que católicos que frequentam templos religiosos.

Folha - Os estudos antropológicos clássicos do sincretismo religioso, da umbanda e do candomblé reforçaram a caracterização do Brasil como país espiritualmente exótico. O crescimento do pentecostalismo, derivado do protestantismo, modifica essa posição?

Chesnut - Há uma efervescência pentecostal no mundo inteiro, especificamente nos países do Ter-

Chesnut - Essa pergunta é complexa. O pentecostalismo reúne elementos pré e pós-modernos. Há uma prática que poderia ser pensada como sincrética e pós-moderna. Os pastores invocam os espíritos dos demônios para depois expulsá-los, demonstrando assim o seu poder superior ao das religiões afro. Mas a ideologia do pentecostalismo, com seu código rígido de conduta, está de acordo com os princípios identificados por Weber no protestantismo. Já a Igreja Universal do Reino de Deus relaxou as exigências de conduta. Nesse sentido, os neopentecostais poderiam ser considerados pós-modernos.

Folha - A Igreja Universal do Reino de Deus é a que mais cresce?

Chesnut - Sim. Mas não sei se a longo prazo sua estratégia de abrir mão da exigência das regras de conduta continuará funcionando.

Folha - Por que os pentecostais crescem?

Chesnut - Os pentecostais oferecem apoio espiritual para muitas pessoas deixadas de lado pelo processo elitista de modernização na América Latina. A Igreja Católica sempre focalizou a elite que tinha recursos. A formulação da "opção preferencial pelos pobres" feita pela Teologia da Libertação é muito irônica. A igreja pentecostal nunca teve que fazer opção pelos pobres porque é uma igreja dos pobres. Os bispos e pastores em geral são pobres, cursaram até o terceiro ano primário e viviam de vender pipoca na rua. É claro que há exceções. Há bispos mais preparados e há corrupção, mas a maioria é de origem humilde.

Folha - Quais são seus planos de pesquisa e publicação?

Chesnut - Estou trabalhando no meu segundo livro. Trata-se de uma comparação do crescimento do pluralismo religioso em três países da América Latina, Brasil, México e Guatemala. Pretendo explicar como a Igreja Católica manteve seu monopólio religioso durante quatro séculos e por que esse monopólio entra finalmente em declínio nos últimos anos. O título é "Competitive Spirits: Latin America's New Religious Market Place". Organizei também uma coletânea de ensaios sobre a Renovação Carismática. Esse volume inclui vários ensaios de pesquisadores brasileiros.

Esther Hamburger é antropóloga, doutora pela Universidade de Chicago (EUA).

litions for Reform: Business Strategies, Political Institutions, and Neoliberalism in Brazil" (Construindo Coalizões para a Reforma - Estratégias Empresariais, Instituições Políticas e Neoliberalismo no Brasil). Pennsylvania State University Press. A sair neste ano.

41. Peter Kingstone e Timothy J Power. "Democratic Brazil: Actors, Institutions, and Processes" (Brasil Democrático - Atores, Instituições e Processos). Pennsylvania State University Press. A sair neste ano.

42. Daryle Williams. "Cultural Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945" (Guerras Culturais no Brasil - O Primeiro Governo Vargas, 1930-1945). Sem data prevista de publicação.

43. Peter Beattie. "Penal Servitude versus Conscription: Honor, Race, Nation and Enlisted Army Service in Brazil, 1864-1945" (Servidão Penal versus Conscrição - Honra, Raça, Nação e Alistamento no Serviço Militar do Brasil). Sem data prevista de publicação.

44. Robert M. Levine. "Father of the Poor?: Vargas and His Era" (Pai dos Pobres? - Vargas e Sua Era). Cambridge University Press, 1998.

45. Robert M. Levine and John Crocitti (orgs.). "The Brazil Reader - History, Culture and Politics" (O Leitor Brasileiro - História, Cultura e Política). Duke University Press, 1999.

46. Robert M. Levine (org.). "Bitita's Diary: The Childhood Memoirs of Carolina Maria de Jesus" (O Diário de Bitita - Memórias de Infância de Carolina Maria de Jesus). M.E. Sharpe, 1998.

47. Robert M. Levine. "The Brazilian Photographs of Genevieve Naylor: 1940-1943" (Fotografias Brasileiras de Genevieve Naylor - 1940-1943). Duke University Press, 1998.

48. Robert M. Levine e José Carlos Meihy (orgs.). "The Unedited Diaries of Carolina Maria de Jesus" (Os Diários Inéditos de Carolina Maria de Jesus). Rutgers University Press, 1999.

49. Thomas Skidmore. "Uma História do Brasil". Nos EUA, Oxford University Press, 1999. No Brasil, saiu pela Paz e Terra, 1998.

NOVOS BRASILIANISTAS

especial para a Folha, em Providence (EUA)

A maneira como imigrantes não-europeus —como japoneses e árabes— negociaram a sua entrada na “identidade brasileira” é o objeto de trabalho do historiador norte-americano Jeffrey Lesser, 38, professor no Connecticut College e pesquisador associado à Universidade de Brown. Para esses grupos que não se encaixavam no tripé negro-branco-índio, o desafio foi, ao mesmo tempo, preservar a sua “etnicidade” e ser incluídos na “raça brasileira”.

Depois de pesquisar durante seis anos em arquivos do Brasil, França, Inglaterra, Japão, EUA e Israel, Lesser lançou no último mês, nos EUA, “Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil” (Negociando a Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil), pela Duke University Press.

O livro enfoca principalmente a imigração árabe e japonesa na primeira metade deste século. O brasilianista mostra que os dois grupos souberam entender o discurso brasileiro sobre raça, que buscava “embranquecer” o sangue moreno por meio da vinda de imigrantes europeus brancos.

Enquanto os árabes tentaram criar um passado comum com os brasileiros, os japoneses —cuja imigração era ardentemente debatida entre intelectuais, deputados e eugenistas— necessitaram mostrar que podiam se misturar com os brasileiros e gerar filhos tão “brancos” quanto os dos europeus.

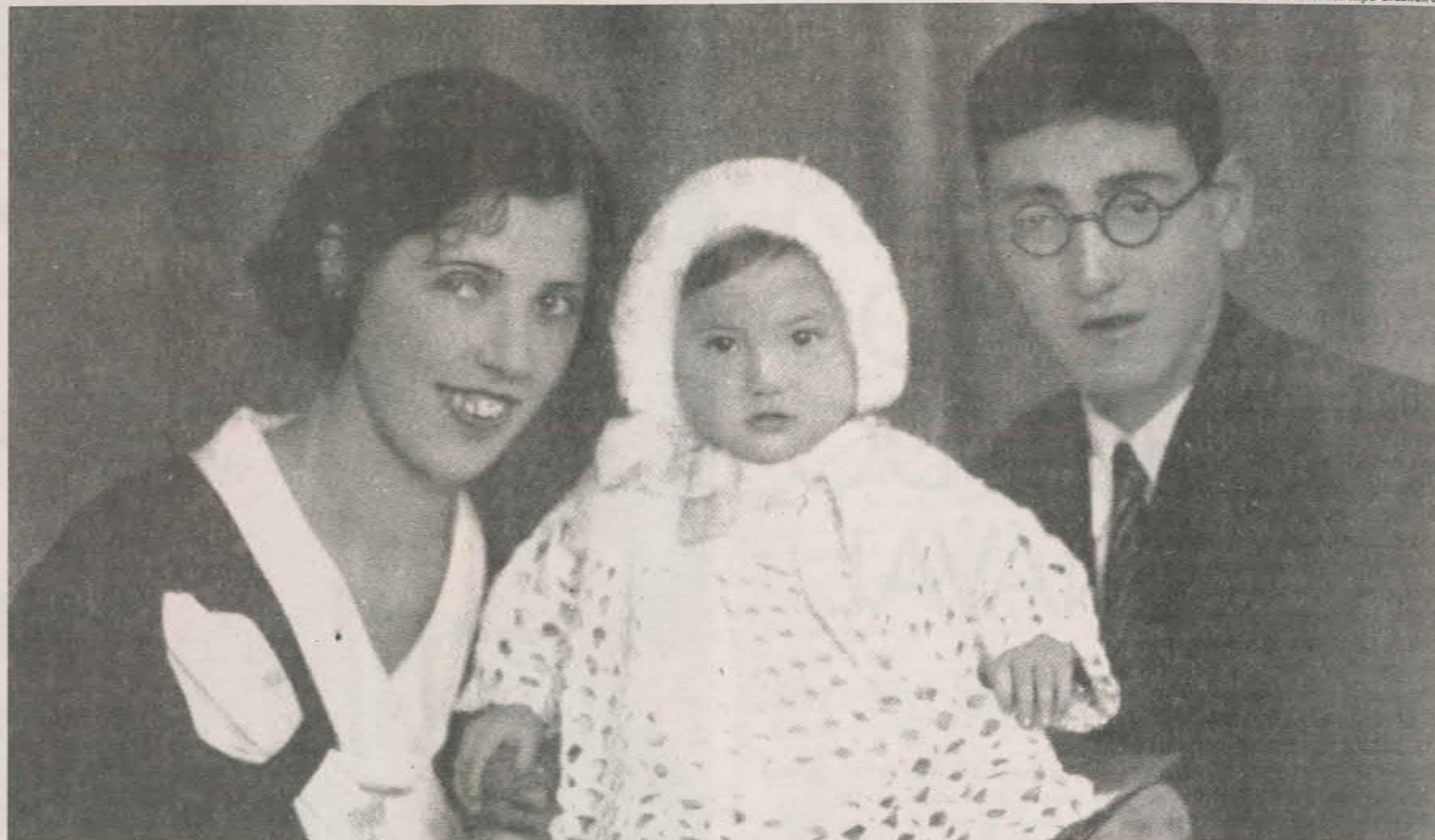
Na década de 30, organizações culturais japonesas no Brasil financiaram —abertamente ou não— publicações com fotos de homens japoneses casados com mulheres brasileiras e de seus filhos “brancos”. A estratégia deu resultados e chegou a receber o aval de membros da elite brasileira.

graduação, entrevistando “dekas-seguis”. Em junho e julho deste ano, estará no Brasil para a segunda fase da pesquisa. O projeto deve ser concluído até julho do ano que vem. Leia a seguir a entrevista de Lesser à Folha, realizada em sua casa, em Providence.

Folha - Quais são as diferenças do multiculturalismo brasileiro em relação ao dos Estados Unidos?

Jeffrey Lesser - Acho que o Brasil é tão multicultural quanto os Estados Unidos. A diferença é que no Brasil o discurso sobre multiculturalismo até os últimos dez anos não existia. Ainda hoje, se você pergunta sobre a questão de etnicidade, a resposta em geral é: “Não há, aqui só tem brasileiro”. Mas essa resposta é, de certa forma, para inglês ver.

Do lado da elite brasileira, acho



O japonês Luiz Hayashi, sua mulher, a brasileira Maria Martins Hayashi, e seu filho, nascido no Brasil, em foto de 1934

NEGÓCIOS COM A “RAÇA BRASILEIRA”

Jeffrey Lesser mostra como imigrantes ajustaram-se ao discurso racial do país

que essa resposta foi um discurso falso, porque, quando você examina com cuidado o que essa elite dizia no passado, fica muito claro que ela pensou bastante a etnicidade.

Parte do meu livro discute a imigração chinesa para o Brasil no século passado. E foi muito interessante ver como a elite brasileira entendeu muito bem que a China não existia em termos culturais, que havia pessoas de várias religiões, com várias experiências econômicas, com várias culturas etc.

Do lado da minoria, é a mesma coisa. Se você faz a mesma pergunta, em uma situação social, a um membro de algum grupo minoritário, você ouve: “Não, não existe racismo, sou brasileiro”. E acabou —o que é a resposta certa para ser incluído dentro da sociedade brasileira. Mas, saindo do público para o privado, há um discurso diferente, altamente multicultural. Ou seja, como ser um brasileiro de ascendência japonesa, libanesa,

os outros” porque estavam “miscigenando melhor”. Não ficava claro, quando eles afirmavam isso, se queriam dizer a mesma coisa que a maioria. Mas isso é parte da estratégia dos grupos minoritários: entender esse discurso público de homogeneidade e usá-lo para criar uma sociedade heterogênea.

Folha - A discussão era sobre qual grupo era mais branco...

Lesser - Mas não estava exatamente claro o que se queria dizer com “branco”. Isso estava em discussão. Na Câmara dos Deputados em São Paulo, um deputado chegou a dizer que o japonês é mais branco que o português. Isso mostra que a palavra “branco” estava em negociação, que branco não era simplesmente uma cor, envolvia muitas coisas, trabalho, valores etc.

Folha - A sua pesquisa mostra também que políticos de ascendência árabe ou japonesa usam imagens estereotipadas desses grupos como marketing político

a confusão sobre o que era árabe, já que naquela época todo mundo falava em “turco”.

Então, essas duas palavrinhas com hífen têm muito sentido. É uma idéia muito complexa, e insistir em ser chamado assim quer dizer muito. O interessante é que, nessa época, o termo “turco” passou a ser pejorativo por pressão do grupo minoritário. O descendente sírio-libanês queria ser reconhecido como brasileiro de origem importante.

Folha - As igrejas pentecostais têm atraído muitos negros e pardos. Há alguma relação entre essa atração e a busca de etnicidade?

Lesser - Se observarmos quem está sendo atraído pelos evangélicos, vamos descobrir que, além de negros e pardos, há muitos nipo-brasileiros, árabes etc. Os evangélicos reconhecem muito bem a etnicidade no Brasil e sabem que uma estratégia para atrair pessoas é criar igrejas com o hífen.

Por exemplo, em uma rua do centro de São Paulo há uma enor-



O historiador Jeffrey Lesser, professor do Connecticut College

Em 1932, por exemplo, Bruno Lobo, professor de medicina no Rio de Janeiro, publicou um livro intitulado "De Japonês a Brasileiro", com fotos de famílias inter-raciais, provando que a união entre os brasileiros e japoneses geraria crianças brancas e, portanto, europeizadas. Três anos mais tarde, em 1935, um dos defensores da imigração japonesa na Câmara dos Deputados em São Paulo chegou a afirmar que os colonos japoneses eram "até mais brancos que os portugueses".

Lesser afirma que existe uma contínua pressão no Brasil para "esconder o hífen". Ao contrário dos EUA, não é comum no país falar em afro-brasileiro, nipo-brasileiro ou árabe-brasileiro. No espaço público, basta ser "brasileiro". O pesquisador considera, no entanto, que isso está mudando, com o fortalecimento da imprensa étnica, o sucesso de grupos de pagode, a propaganda política e até com o crescimento das igrejas evangélicas. Para Lesser, essa onda de "etnicidade" não é surpresa, mas uma nova etapa da longa questão da identidade nacional.

Casado com uma brasileira, Lesser é apontado como um dos principais nomes da nova geração de brasilianistas. Em sua nova pesquisa, ele desenvolve o projeto "A Nova Face da Discriminação no Brasil", do qual também participa o antropólogo japonês Koichi Mori, do Centro de Estudos Nipo-Brasileiro, de São Paulo. Em março, o brasilianista esteve no Japão com um grupo de alunos de

Ou seja, como ser um brasileiro de ascendência japonesa, libanesa, chinesa. E esse discurso foi muito forte e importante.

Isso é muito diferente nos EUA, onde, nos anos 60, já se começou a reconhecer a etnicidade. Agora, quase 40 anos depois, é típico para todo americano ser um étnico. Não existe um americano, só existe um afro-americano, um mexicano-americano, um judeu-americano. Há toda essa linguagem criada para insistir no hífen.

Esse hífen, que existe no Brasil, até hoje não entrou muito no discurso público brasileiro, mas sempre aparece no discurso privado. Nesse sentido eu discordo muito da idéia de que o Brasil se torna um país multicultural só a partir dos anos 90. O que está acontecendo é que a maioria está agora começando a reconhecer o multiculturalismo, embora esse multiculturalismo estivesse já no Brasil, continue no Brasil e de certa forma seja o Brasil.

Folha - O sr. argumenta que, na idealização da "raça brasileira", uma das formas de avaliar os grupos étnicos era saber se eles iriam ou não se miscigenar. A obsessão pela miscigenação é uma particularidade brasileira?

Lesser - Certamente a discussão, feita de maneira tão aberta, nos jornais, com estatísticas, parece ser bem brasileira. Também é interessante ver como os grupos minoritários entraram na discussão.

Por exemplo, havia grupos nipo-brasileiros que começaram a dizer que eram "melhores do que

imagens estereotipadas desses grupos como marketing político. Como eles utilizam essas imagens?

Lesser - No caso dos árabes não é tão óbvio, mas, com os políticos nipo-brasileiros, fica muito claro. Eles entendem bem essa idéia de que o japonês é considerado uma etnia superior à do brasileiro. Fiz uma entrevista com um político brasileiro muito conhecido em que perguntei por que ele escrevia seu nome com letras em estilo japonês e, mesmo sendo do PT, usava fotos nas quais aparecia com o ministro da Economia japonês. Ele me respondeu: "Olha, o público brasileiro acha o político corrupto, desonesto, preguiçoso. O que estou vendendo para eles é que sou diferente: sou um japonês, honesto, trabalhador. Ou seja, eu quero lembrar ao público que, sendo japonês, eu sou o melhor brasileiro possível".

Folha - Como foi criado o termo "sírio-libanês"?

Lesser - Não sei exatamente, mas estava sendo usado pela comunidade árabe já nos anos 20 para discutir com o público majoritário. Ou seja, nos anos 20, o próprio árabe, dentro de seu grupo, não falava: "Eu sou sírio-libanês". Ele usou essa linguagem para conversar com o outro.

Minha impressão é que esse termo foi criado para várias coisas. Em primeiro lugar, para distinguir as pessoas de ascendência síria e libanesa de outros grupos árabes. Em segundo, para insistir com o grupo brasileiro majoritário para que se colocasse o hífen. E, em terceiro, porque o grupo reconheceu

Por exemplo, em uma rua do centro de São Paulo há uma enorme igreja evangélica nipo-brasileira, exatamente com esse nome, ao lado de um templo budista.

Claro que há muita coisa acontecendo com o crescimento do movimento evangélico, mas parte do que ocorre é o reconhecimento da etnicidade no Brasil. Eles estão usando isso como estratégia.

A minha impressão é que muito dessa onda de afro-brasileirismo vai acontecer dentro do movimento evangélico. Outra coisa é o crescimento, no Brasil, das chamadas novas religiões japonesas, em que muitos participantes não têm ascendência japonesa. E isso está ligado à idéia de que ser um japonês é a maneira de ser o melhor brasileiro possível.

Folha - Hoje há um grande sucesso de grupos de pagode com nomes como Negritude Júnior e Raça Negra. Os membros desses grupos, no entanto, quando eles falam de raça, fazem uma aproximação mais cordial do tema. Como analisar esse discurso?

Lesser - Não tenho muito a dizer sobre isso. Só posso acrescentar que é o esperado. Um grupo de pagode que fala de raça brasileira já é uma mudança, e isso é parte de um lento, mas contínuo, aumento da discussão sobre a etnicidade na esfera pública. Para um grupo desses fazer sucesso, ele não pode ser "antibranco", isso não vai funcionar. Se você quer assumir sua etnicidade no país, precisa ser assim: esse é o jeito brasileiro. O importante no caso é ver a manifestação da etnicidade. (FM)

O MITO DA ESCRAVA ANASTÁCIA

especial para a Folha

Ainda que não pertença a nenhuma minoria, o antropólogo John Burdick, 40, reúne muitas das características da nova geração de brasilianistas. A começar pelos temas: seu último livro, "Blessed Anastácia" (Anastácia Abençoada), lançado no ano passado, estuda as relações entre gênero, raça e religiosidade no Rio de Janeiro, os três temas mais explorados pelas pesquisas recentes.

Essa intersecção resultou numa perspectiva diferente de outros brasilianistas que abordam rela-

ções raciais. Em vez de investigar o tema por meio dos movimentos negros, que em geral atraem poucos militantes e muitos pesquisadores, Burdick optou por movimentos religiosos, como as igrejas pentecostais e o culto à escrava Anastácia. "Precisamos saber sobre os processos mais informais que estão criando também uma consciência negra dentro das igrejas protestantes", diz à Folha.

Para o antropólogo, a conscientização negra ligada à religiosidade existe, ainda que algumas vezes seja ambígua e fragmentada, como é o caso do culto a Anastácia.

"Anastácia se tornou um ponto de inspiração ao não aceitar que o proprietário a estuprasse", afirma. "É uma história de resistência importante, um recurso para a mulher que está sofrendo um abuso dentro de casa. Mas tem o outro lado: para muitas mulheres negras, Anastácia as persuadiu a resignar-se a serem exploradas."

Em seu livro, Burdick critica os movimentos negros, que, segundo ele, evitam o diálogo com os pentecostais e preferem símbolos como Zumbi a Anastácia.

Um dos pontos centrais do livro de Burdick é a diferenciação do

preconceito por gênero. Segundo ele, para as mulheres o racismo é uma experiência muito mais forte e ligada principalmente ao corpo. "As mulheres são ensinadas desde novas que o valor delas reside na aparência, na pele, no nariz, nos cabelos. A questão racial é uma questão de corpo, de como uma pessoa é vista fisicamente. E a mulher negra sofre no próprio corpo a ênfase sobre a beleza física, pois vive numa sociedade que estigmatiza sua aparência."

O trabalho de Burdick é um dos poucos da nova geração já disponível em português: seu primeiro

livro, "Procurando Deus no Brasil", foi publicado no ano passado pela editora Mauad. A obra é resultado de doutorado concluído em 1990 na Universidade da Cidade de Nova York, sob a orientação de Eric Wolf, um dos mais importantes antropólogos americanos.

O tom militante e o uso do Brasil como exemplo são outros fatores que o fazem característico da nova geração. Ex-integrante do Partido Democrata Socialista dos Estados Unidos, Burdick veio ao Brasil pela primeira vez em 84 por motivos "político-pessoais". Influenciado pela Teologia da Libertação, Bur-

dick disse que chegou ao país muito "romântico". "Pensava que iria testemunhar um processo de conscientização radical dentro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)", disse, referindo-se às congregações católicas ligadas à Teologia da Libertação.

O que ele encontrou, no entanto, foi um fenômeno diferente: Burdick chegou quando as igrejas pentecostais começavam a se multiplicar pelo país. Resultado: a sua pesquisa, em vez de mostrar o avanço das CEBs, buscou explicar por que a Igreja Católica estava perdendo espaço no Brasil. (FM)

AJ03531-5

NOVOS BRASILIANISTAS

OS GAYS ALÉM DO CLICHÊ E DO CARNAVAL

especial para a Folha

O brasilianista James Green, 47, vai lançar em setembro deste ano "Beyond Carnival" (Além do Carnaval), o primeiro livro de um historiador a abordar o homossexualismo masculino no Brasil em perspectiva panorâmica.

Utilizando como fontes arquivos médicos e policiais, jornais alternativos e muitas entrevistas, a pesquisa focaliza as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo desde o final do século 19 até os anos 70, com o surgimento dos primeiros movimentos gays. A obra sairá pela University of Chicago Press, uma das mais importantes editoras acadêmicas norte-americanas sobre o tema.

Como outros brasilianistas da "geração afirmativa", a trajetória de Green mistura vida pessoal e profissional. Em 73, Green fez parte de um comitê de apoio à oposição ao regime militar brasileiro, na Filadélfia (EUA). Depois de conhecer exilados brasileiros, foi para o país e morou em São Paulo, entre 76 e 81. Em 78, participou da fundação do Somos, um dos primeiros grupos de apoio aos direitos a homossexuais no Brasil.

De volta aos EUA, começou a fazer pós-graduação, em 88. "Beyond Carnival", seu primeiro livro, é o resultado de sua tese de doutorado, defendida na Universidade da Califórnia. Atualmente, Green ensina história latino-americana na Universidade Estadual da Califórnia, em Long Beach.

ma. A seguir, a entrevista que Green concedeu à Folha.

★

Folha - É possível definir "homossexual" desde o século 19?

James Green - O termo "homossexual" foi introduzido no Brasil em 1895, mas antes disso alguns já se viam com uma identidade diferenciada. No Rio da década de 1870, os homens que desejavam ter sexo com outros homens eram conhecidos pejorativamente como "frescos" ou "putos" e claramente se consideravam diferentes de homens que mantinham relações sexuais com mulheres. Alguns desses homens eram efeminados, e esses eram os mais visíveis, especialmente para médicos e juristas que escreveram sobre o assunto. Eles formavam uma cultura semiclandestina no Rio.

Folha - O sr. afirma que, no Brasil, há uma clara distinção entre "ativo" e "passivo", sendo que muitas vezes apenas o último é identificado como gay. Isso é uma particularidade brasileira?

Green - No Brasil, "ativos" e "passivos" são associados à "masculinidade" e à "feminilidade". Presume-se que os homens que agem masculinamente têm de penetrar o seu parceiro, e o contrário ocorre com os homens efeminados, que devem ser penetrados. No entanto a minha pesquisa indica que não havia só esse padrão. Ou seja, no século 19 havia homens efeminados que gostavam de penetrar seus parceiros, e "ativos"



O brasilianista James Green, professor de história latino-americana na Universidade Estadual da Califórnia

James Green faz a primeira obra histórica panorâmica do homossexualismo no Brasil

dos papéis "ativo" e "passivo", identificando-se como "entendidos", "gays" ou "homossexuais". A mesma noção ativo-passivo prevalece no restante da América Latina.

Folha - O sr. usa duas imagens para definir o que seria o paradoxo da questão homossexual no Brasil: a do Carnaval, como momento de certa tolerância, e a da violência

se socializar, se divertir, construir redes de apoio, encontrar parceiros sexuais etc. Esse mundo envolve tanto clubes, bares gays e grupos sociais, como também organizações políticas que se formaram desde 1978 para mudar o preconceito contra a homossexualidade. É um mundo complexo, criado para a sobrevivência e para permitir a integração.

Folha - De que forma os gays no

e travestis, o mundo gay está inserido dentro das divisões sociais e raciais da sociedade brasileira.

Folha - Qual foi o período da história em que os gays sofreram mais perseguição no país?

Green - Durante a ditadura militar, sobretudo no período Médici (1969-74), quando os grupos gays e lésbicos estavam surgindo no mundo, era impossível organizar algo similar no Brasil, por causa da

O QUE É BRASILIANISMO

Brasilianista é o termo usado para definir os acadêmicos norte-americanos que estudam o Brasil.

Historicamente, a expressão está ligada aos estudos feitos sobre o país relacionados com as necessidades estratégicas dos EUA durante a Guerra Fria. Nos anos 50, milhões de dólares foram destinados para pesquisar países como União Soviética e China —uma tendência que ficou conhecida como "estudos de área".

Na década de 60, as atenções se voltaram também para a América Latina. O governo norte-americano, preocupado com a expansão da Revolução Cubana (1959) para outros países, inundou os programas de pós-graduação com financiamentos para estudar os vizinhos.

Batizados de "os filhos de Castro", os brasilianistas dessa geração vieram, na maioria, com a preocupação de entender a política brasileira durante o período republicano, embora muitos tenham estudado também o período colonial, a literatura, a religião e outros temas.

Fazem parte desse grupo nomes como Robert Levine, Ralph Della Cava, Warren Dean, Riordan Roett, Stuart Schwartz, Kenneth Maxwell e Thomas Skidmore.

A repentina invasão causou suspeitas, sobretudo após 64, quando os pesquisadores e acadêmicos brasileiros, perseguidos pelo regime militar e impedidos de trabalhar, assistiam a seus colegas do Norte acessando arquivos do governo e escrevendo sobre política. O historiador Robert Levine, por exemplo, pesquisou nos arquivos do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) do Rio de Janeiro entre maio e agosto de 64, poucos meses após a tomada do poder pelos militares —algo impensável para um acadêmico brasileiro.

O contato entre pesquisadores brasileiros e norte-americanos, obviamente, era restrito e desconfiado. "Havia uma preocupação ideológica no Brasil, especialmente da esquerda, e uma preocupação nos EUA sobre a necessidade de promover democracia, da Aliança para o Progresso. Mas isso mudou. Agora, há uma comunidade internacional de pesquisadores", diz Skidmore.

A Aliança para o Progresso foi o programa lançado em 61 pelo presidente John Kennedy para a América Latina com o objetivo de melhorar as relações com os governos da região e, dessa forma, afastar o "perigo" do comunismo. Segundo Levine, a preocupação com a

Matuiti Mayezo/Folha Imagem

zer pós-graduação, em 88. "Beyond Carnival", seu primeiro livro, é o resultado de sua tese de doutorado, defendida na Universidade da Califórnia. Atualmente, Green ensina história latino-americana na Universidade Estadual da Califórnia, em Long Beach.

Os estudos de gênero são uma das áreas que mais têm crescido entre os brasilianistas nos últimos anos. Segundo Robert Levine, co-editor da "Luso-Brazilian Review", a única revista acadêmica norte-americana especializada no Brasil, 50% dos artigos que ele recebe atualmente têm gênero como te-

ma comunidade internacional de pesquisadores", diz Skidmore. A Aliança para o Progresso foi o programa lançado em 61 pelo presidente John Kennedy para a América Latina com o objetivo de melhorar as relações com os governos da região e, dessa forma, afastar o "perigo" do comunismo. Segundo Levine, o fato de o brasilianismo ter sido impulsionado pela política anticomunista americana não significa que os pesquisadores tivessem a mesma orientação. "Vários dos alunos que entraram no doutorado eram produtos da década de 60: antiguerra, antiimperialismo. Havia uma divisão entre os alunos da direita e os outros, não radicais exatamente, mas pessoas conscientes. Nós entramos no campo da América Latina por causa de nossa consciência." O primeiro livro de Levine, "O Regime de Vargas: Os Anos Críticos (1934-1938)", feito a partir da pesquisa realizada em 64 e publicado nos EUA em 70, acabou censurado pelo regime militar durante grande parte da década de 70. A versão em português teve de esperar dez anos. A numerosa invasão dos anos 60 ofuscou em parte a geração anterior, que começou a estudar o Brasil ainda nos anos 30 e 40, como Charles Wagley, Ruth Landes, Richard Morse e o historiador Stanley Stein, cujo livro "Vassouras", um estudo sobre o ciclo do café no Vale do Paraíba, lançado em 57, é apontado como o maior clássico dos brasilianistas. "Na década de 30, o governo americano financiou direta e indiretamente a ida de acadêmicos para o Brasil, por causa da Política da Boa Vizinhança. Foi mais ou menos o que aconteceu depois de 59", diz Stein, hoje com 79 anos. Professor aposentado da Universidade de Princeton, Stein orientou uma vasta lista de brasilianistas: Maxwell, Dean, Levine, George Andrews e Joseph Love, entre outros. A partir de meados dos anos 70, as verbas escassearam, e o brasilianismo começou a sentir o impacto das mudanças na academia norte-americana, principalmente a busca por novos temas e o enfoque comparativo. Para Skidmore, o livro de Carl Degler, "Nem Preto Nem Branco: Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos Estados Unidos", publicado nos EUA em 71, abriu o caminho no brasilianismo para os estudos comparados. As novas mudanças foram em parte uma maneira de resolver o dilema desse grupo que o historiador José Carlos Meihy batizou de "especialistas" e serviu de transição para os brasilianistas dos anos 90. Segundo Meihy, que atualmente prepara seu terceiro livro sobre o brasilianismo, o que se vê agora são "hiperespecialistas": acadêmicos cada vez mais versados em dois ou mais temas, em que o Brasil acaba servindo de exemplo de racismo, relações de gênero, sistema partidário etc. Sobre o futuro do brasilianismo? "É sempre como o Brasil: uma montanha russa", diz Levine. (FM)

dos gays ou homens. A mesma noção ativo-passivo prevalece no restante da América Latina.

Folha - O sr. usa duas imagens para definir a questão homossexual no Brasil: a do Carnaval, como momento de certa tolerância, e a da violência dirigida contra os gays. Qual é a mais próxima da realidade?

Green - Ambas fazem parte da realidade brasileira. Eu diria que existe outra realidade entre o Carnaval e a violência: a subcultura, o mundo que os homens que gostam de homens ou as mulheres que gostam de mulheres criaram para

ve tanto clubes, bares gays e grupos sociais, como também organizações políticas que se formaram desde 1978 para mudar o preconceito contra a homossexualidade. É um mundo complexo, criado para a sobrevivência e para permitir a integração.

Folha - De que forma os gays no Brasil são divididos por raça e classe social? Eles reproduzem a estrutura da sociedade brasileira?

Green - Sem dúvida. Embora existam algumas vezes contatos entre raça ou classe baseados num desejo mútuo ou em interesses socioeconômicos, no caso de michês

Folha - Qual foi o período da história em que os gays sofreram mais perseguição no país?

Green - Durante a ditadura militar, sobretudo no período Médici (1969-74), quando os grupos gays e lésbicos estavam surgindo no mundo, era impossível organizar algo similar no Brasil, por causa da repressão. Além disso, os anos 80, quando a Aids atingiu o país, e as pessoas não sabiam exatamente o que a doença era, foram um momento difícil para os gays. Durante esse período, setores da direita atacavam os gays, e houve um aumento de assassinatos e violência. (FM)

uma comunidade internacional de pesquisadores", diz Skidmore. A Aliança para o Progresso foi o programa lançado em 61 pelo presidente John Kennedy para a América Latina com o objetivo de melhorar as relações com os governos da região e, dessa forma, afastar o "perigo" do comunismo. Segundo Levine, o fato de o brasilianismo ter sido impulsionado pela política anticomunista americana não significa que os pesquisadores tivessem a mesma orientação. "Vários dos alunos que entraram no doutorado eram produtos da década de 60: antiguerra, antiimperialismo. Havia uma divisão entre os alunos da direita e os outros, não radicais exatamente, mas pessoas conscientes. Nós entramos no campo da América Latina por causa de nossa consciência."

O primeiro livro de Levine, "O Regime de Vargas: Os Anos Críticos (1934-1938)", feito a partir da pesquisa realizada em 64 e publicado nos EUA em 70, acabou censurado pelo regime militar durante grande parte da década de 70. A versão em português teve de esperar dez anos.

A numerosa invasão dos anos 60 ofuscou em parte a geração anterior, que começou a estudar o Brasil ainda nos anos 30 e 40, como Charles Wagley, Ruth Landes, Richard Morse e o historiador Stanley Stein, cujo livro "Vassouras", um estudo sobre o ciclo do café no Vale do Paraíba, lançado em 57, é apontado como o maior clássico dos brasilianistas.

"Na década de 30, o governo americano financiou direta e indiretamente a ida de acadêmicos para o Brasil, por causa da Política da Boa Vizinhança. Foi mais ou menos o que aconteceu depois de 59", diz Stein, hoje com 79 anos. Professor aposentado da Universidade de Princeton, Stein orientou uma vasta lista de brasilianistas: Maxwell, Dean, Levine, George Andrews e Joseph Love, entre outros.

A partir de meados dos anos 70, as verbas escassearam, e o brasilianismo começou a sentir o impacto das mudanças na academia norte-americana, principalmente a busca por novos temas e o enfoque comparativo. Para Skidmore, o livro de Carl Degler, "Nem Preto Nem Branco: Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos Estados Unidos", publicado nos EUA em 71, abriu o caminho no brasilianismo para os estudos comparados.

As novas mudanças foram em parte uma maneira de resolver o dilema desse grupo que o historiador José Carlos Meihy batizou de "especialistas" e serviu de transição para os brasilianistas dos anos 90. Segundo Meihy, que atualmente prepara seu terceiro livro sobre o brasilianismo, o que se vê agora são "hiperespecialistas": acadêmicos cada vez mais versados em dois ou mais temas, em que o Brasil acaba servindo de exemplo de racismo, relações de gênero, sistema partidário etc. Sobre o futuro do brasilianismo? "É sempre como o Brasil: uma montanha russa", diz Levine. (FM)

HISTÓRIA DE UM PIONEIRO

especial para a Folha, em Providence

Uma das vantagens para a nova geração de brasilianistas é a existência de trabalhos e professores da geração anterior. E, no caso dos estudos de raça e etnicidade, ninguém mais importante do que o historiador ganês Anani Dzidzienyo, 57.

Um dos primeiros "afro-brasilianistas", ao lado de Michael Mitchell e Michael Turner, Dzidzienyo, pouco conhecido no Brasil, é referência quase obrigatória para os novos pesquisadores americanos —boa parte negra— que se aventuram a entender as relações raciais e étnicas no país.

Dos entrevistados pela Folha que têm trabalho em raça e etnicidade, dois deles —Jeffrey Lesser e Melissa Nobles— tiveram com Dzidzienyo as primeiras aulas sobre o Brasil, ainda durante a graduação, na Universidade de Brown. "O professor Dzidzienyo é o padrinho do meu trabalho e da minha geração", diz Nobles.

A importância de Dzidzienyo fica clara quando se lêem os agradecimentos dos livros publicados recentemente. Ele tem seu nome pouco comum presente em quase todas as obras que tratam de relações raciais: além de Kim Butler, Anthony Marx, Michael Hanchard e John Burdick fazem referência a ele em seus livros.

Sendo fácil encontrar seu nome nas introduções, ele já não aparece tanto nas bibliografias. Num sistema acadêmico em que a regra número um é o "publish or perish" (publique ou pereça), Dzidzienyo escreveu apenas alguns artigos e um pequeno livro. "The Position



O historiador Anani Dzidzienyo, professor da Universidade de Brown

Anani Dzidzienyo, um dos primeiros afro-brasilianistas, influencia a nova geração

of Blacks in Brazilian Society" (A Posição do Negro na Sociedade Brasileira), lançado em 1971, tem pouco mais de 20 páginas e não chegou a ser traduzido para o português.

No Brasil, Dzidzienyo publicou dois artigos em revistas acadêmicas de pequena circulação. Curiosamente, o historiador ganês tam-

bém não orientou formalmente nenhum dos novos trabalhos.

São outros os motivos que explicam a importância de Dzidzienyo: sua formação como historiador social com uma visão "de baixo para cima", o fato de ser professor no centro mais importante de estudos brasileiros nos EUA, seus contatos no Brasil com ativistas negros e

acadêmicos e uma boa dose de carisma. "Anani tem um espírito generoso, é de muito entusiasmo, empatia, sempre dá apoio e é uma ligação entre os americanos e os brasileiros", diz Thomas Skidmore, seu colega em Brown.

A história de Dzidzienyo não poderia ser comum. Nascido em 1941, em uma família de classe média em Gana (costa oeste africana), ele teve a oportunidade de testemunhar a independência do próprio país. "Sempre lembro como nasci, como fui criado, como foi crescer na época da independência. Tenho um certo orgulho de ser de um dos primeiros países da África a se tornarem independentes", diz o historiador à Folha, em sua casa, em Providence (EUA).

O longo caminho entre Gana e o Brasil começou com um concurso de redação promovido por um jornal americano. Um dos 36 escolhidos entre estudantes do mundo inteiro, Dzidzienyo recebeu uma viagem para Nova York, a primeira que fez para os Estados Unidos, aos 18 anos. Essa viagem rendeu contatos para uma bolsa de estudos, e Dzidzienyo voltou para os EUA em 62, onde estudou numa faculdade de maioria branca.

Dos EUA, Anani foi para a Inglaterra, onde estudou na Universidade de Essex, que tinha um programa de América Latina, com dois professores especializados em Brasil e alguns alunos brasileiros. Foi a influência de um desses professores, o francês Christian Anglade, que o convenceu a estudar o Brasil.

Dzidzienyo esteve pela primeira vez no país em 70, já falando português, e foi morar em Salvador, onde passou quase um ano. No come-

ço, impressionado com as semelhanças da capital baiana com a África, Dzidzienyo viu com o tempo que não era bem assim. "Não tinha praticamente um balconista negro, eu vi só em uma farmácia. Naquela época, a Bahia parecia a Islândia", diz.

De volta à Inglaterra, escreveu e lançou seu único livro. Mesmo com poucas páginas, as críticas à situação do negro no Brasil e ao seu maior ícone, Pelé, chamaram a atenção da embaixada brasileira em Londres, que lançou uma nota formal contra o historiador. Concluídos os estudos na Inglaterra, voltou para os EUA, onde começou a trabalhar na Universidade de Brown, em 73. Ali dá aulas até hoje, sobre a história dos negros no Brasil e na América Latina.

Quando o tema é o negro no Brasil, fica fácil perceber como Dzidzienyo está afinado com a nova geração, principalmente no tom crítico e sempre comparativo. O português cadenciado, o forte sotaque, os risos demorados e os gestos largos quase escondem sua visão pessimista das relações raciais no Brasil.

Para Dzidzienyo, o país ficou para trás em relação aos EUA e até mesmo à África do Sul. "O Brasil tem de fazer alguma coisa", diz.

Nem a miscigenação faz do Brasil uma exceção: "A mistura não significa a ausência da hierarquia. O mulato não é negro nem branco, mas puxa para o lado branco porque na sociedade há a hierarquia: branco, mulato e depois o negro. Não existe nenhum país, misturado ou não, onde ser branco é uma coisa neutra. Sempre é uma vantagem". (FM)